

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA

Estado de São Paulo

CONTROLADOR INTERNO

CONCURSO PÚBLICO
01/2024

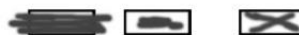
**NÃO ABRA ESTE CADERNO DE QUESTÕES ANTES QUE LHE PEÇAM.
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA INICIAR A PROVA.**

- φ Deixe sobre a carteira **apenas** RG, Caneta, Lápis e Borracha.
- φ É vedado qualquer tipo de consulta e/ou comunicação durante a Prova. Desligue o celular e outros aparelhos e acondicione no envelope plástico de segurança.
- φ Verifique se este caderno de questões corresponde com sua opção de inscrição. Responda as **40 (quarenta) questões**.
- φ A prova terá duração de **3h (três horas)** e o tempo mínimo de permanência na sala é de **1h (uma hora)**.
- φ Os candidatos poderão levar consigo o caderno de questões após o tempo mínimo de permanência na sala.
- φ Você deve assinar a Folha de Respostas e a Ficha de Identificação. Confira todos os seus dados (Nome, RG, Data de Nascimento) e assine no campo indicado para assinatura.
A não assinatura por parte do candidato nas Folhas resultará na eliminação automática do mesmo.
- φ Para preenchimento da Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica azul ou preta.
- φ Você deve assinalar na **Folha de Respostas** somente uma letra (alternativa) para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta. Preencha na Folha de Respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra escolhida conforme o exemplo:

CORRETO



ERRADO



- φ Não será permitido substituir a Folha de Respostas. Não rasure, amasse ou dobre a Folha.
- φ Os dois últimos candidatos sairão simultaneamente da sala. Havendo insistência por parte do candidato em sair da sala, este será considerado desistente do Concurso Público.
- φ O candidato não poderá utilizar o banheiro do local de aplicação após o término de sua prova e a saída definitiva da sala de provas.
- φ Qualquer dúvida, fale exclusivamente com o fiscal de sala.

BOA PROVA !



IPEFAE

LÍNGUA PORTUGUESA



Texto para as questões de 01 a 10



IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO

O controle interno tem um importante papel, por resguardar a entidade pública por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, econômica e patrimonial e administrativa, sempre com vistas a atender os princípios norteadores da Administração pública, preservar recursos e proteger os bens patrimoniais.

Observa-se que, à medida que o controle é intensificado, há uma ação mais preventiva, dificultando o cometimento de falhas durante o processamento das compras, dos pagamentos e das finanças da instituição, podendo assim confirmar que o controle interno é uma importante ferramenta, que interage com o controle externo, auxiliando na missão de preservar o bom uso do dinheiro público.

A Controladoria Interna justifica a sua relevância, importância e pertinência, por ter o intuito de evitar riscos que possam afetar o andamento das ações, dificultando o alcance dos objetivos do CPS.

Ela busca mitigar eventuais erros/falhas ou fraudes durante a realização das atividades institucionais, utilizando para tanto, técnicas operacionais, orientação, monitoramento e a implantação de um sistema consolidado de controles.

Essa afirmativa reforça o zelo do gestor em consolidar suas atribuições e seus procedimentos, revisando-os periodicamente, conforme evolução dos regimentos e entendimentos jurisprudenciais, notadamente determinados por decisões superiores do Judiciário e do Egrégio Tribunal de Contas do respectivo estado da Federação.

Disponível em <<https://ci.cps.sp.gov.br/importancia-do-controle-interno/>>.

Acesso em 21/05/2024. Com adaptações.

Q. 01

Considerando a estrutura e o conteúdo do texto lido, é correto afirmar que ele:

- (A) É um texto com traços do tipo conotativo, cujas informações sobre a importância do Controle Interno ajudam o leitor a compreender como a implementação desse sistema traz melhorias nas áreas contábil, financeira, econômica e patrimonial e administrativa.
- (B) É um texto com traços do tipo narrativo, cujo enredo gira em torno das ações e consequências da Controladoria Interna na prevenção e no combate a falhas administrativas.
- (C) É um texto com traços do tipo injuntivo, cujas instruções sobre como instalar um Sistema de Controle Interno ajudam a compreender melhor o papel do Judiciário e do Tribunal de Contas.

- (D) É um texto com traços do tipo dissertativo, cuja tese principal, defendida pelo autor, é o papel do Controle Interno na consolidação de melhorias nas áreas contábil, financeira, econômica e patrimonial e administrativa.

Q. 02

Sabe-se que os pronomes demonstrativos, bem como outras estruturas (conjunções, locuções conjuntivas, preposições, substantivos e até mesmo alguns advérbios) funcionam como elementos coesivos no texto, conferindo-lhe melhor organização e fluidez de leitura. Considerando isso, observe o trecho retirado do último parágrafo do texto:

“Essa afirmativa reforça o zelo do gestor em consolidar suas atribuições e seus procedimentos, revisando-os periodicamente, conforme evolução dos regimentos e entendimentos jurisprudenciais...”. (5º§)

No que se refere à expressão destacada, podemos dizer que:

- (A) Faz alusão direta e inequívoca a uma afirmação explícita no período imediatamente posterior.
- (B) Faz alusão à implementação do Controle Interno.
- (C) Faz alusão a um pronome de natureza indefinida no primeiro parágrafo.
- (D) Faz alusão a um advérbio locativo no mesmo parágrafo.

Q. 03

“Observa-se que, à medida que o controle é intensificado, há uma ação mais preventiva”. (2º§)

Há nesse trecho, entre a segunda e a terceira oração, uma relação semântica de:

- (A) proporção.
- (B) limite.
- (C) favor.
- (D) condição.

Q. 04

Assinale a alternativa cuja reescritura do primeiro parágrafo mantém corretas a concordância e a regência:

- (A) Os controles internos têm um importante papel, por resguardarem as entidades públicas por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, econômica e patrimonial e administrativa, sempre com vistas no atendimento dos princípios norteadores da Administração pública, na preservação aos recursos e na proteção aos bens patrimoniais.
- (B) Os controles internos têm um importante papel, por resguardarem as entidades públicas por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, econômica e patrimonial e administrativa, sempre com vistas ao atendimento dos princípios



norteadores da Administração pública, à preservação dos recursos e à proteção dos bens patrimoniais.

- (C) Os controles internos tem um importante papel, por resguardarem as entidades públicas por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, econômica e patrimonial e administrativa, sempre com vistas ao atendimento dos princípios norteadores da Administração pública, à preservação dos recursos e à proteção dos bens patrimoniais.
- (D) Os controles internos teem um importante papel, por resguardarem as entidades públicas por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, econômica e patrimonial e administrativa, sempre com vistas no atendimento dos princípios norteadores da Administração pública, na preservação aos recursos e na proteção aos bens patrimoniais.

Q. 05

“A Controladoria Interna justifica a sua relevância, importância e pertinência, por ter o intuito de evitar riscos que possam afetar o andamento das ações, dificultando o alcance dos objetivos do CPS”. (3º§)

O pronome destacado não causa ambiguidade nesse contexto. Também NÃO há ambiguidade na seguinte frase:

- (A) Mulher suspeita de assassinato do marido e foge com medo.
- (B) Pedro, João saiu com seu carro!
- (C) O guarda viu o turista com o binóculo.
- (D) O policial atirou no empregado da atriz que estava na varanda.

Q. 06

Marque a opção em que à oração destacada corresponde uma classificação correta:

- (A) “[...] conforme evolução dos regramentos e entendimentos jurisprudenciais[.]” (5º§) - Oração subordinada adverbial concessiva.
- (B) “[...] que o controle interno é uma importante ferramenta [...]” (2º§) - Oração subordinada adjetiva restritiva.
- (C) “[...] por resguardar a entidade pública por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, econômica e patrimonial e administrativa [...]” (1º§) - Oração subordinada adverbial causal reduzida de infinitivo.
- (D) “[...] que possam afetar o andamento das ações [...]” (3º§) - Oração subordinada substantiva objetiva direta.

Q. 07

Observe com atenção o seguinte trecho:

“Essa afirmativa reforça o zelo do gestor em consolidar suas atribuições e seus procedimentos, revisando-os periodicamente [...]”. (5º§)

No que diz respeito ao termo em destaque, podemos afirmar que:

- (A) É um pronome oblíquo átono que retoma substantivo imediatamente anterior.
- (B) É um pronome oblíquo tônico que retoma substantivo imediatamente anterior.
- (C) É um pronome oblíquo átono que desempenha função de objeto direto pleonástico.
- (D) É um pronome oblíquo tônico, sendo que a preposição que lhe antecedia fora suprimida pela ênclise.

Q. 08

No trecho **“Ela busca mitigar eventuais erros/falhas ou fraudes durante a realização das atividades institucionais” (4º§), o termo destacado poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido original, por:**

- (A) exasperar.
- (B) aumentar.
- (C) exacerbar.
- (D) lenir.

Q. 09

Em **“Ela busca mitigar eventuais erros/falhas ou fraudes durante a realização das atividades institucionais, utilizando para tanto, técnicas operacionais, orientação, monitoramento e a implantação de um sistema consolidado de controles” (4º§), o termo destacado estabelece coesão com uma expressão anteriormente mencionada:**

- (A) Entidade pública.
- (B) Afirmativa.
- (C) Controladoria interna.
- (D) Ação mais preventiva.



Q. 10

Marque a opção em que o conteúdo entre parênteses corresponde à correta função sintática do termo oracional destacado:

- (A) O controle interno tem um importante papel, por resguardar a entidade pública por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, econômica e patrimonial e administrativa, sempre com vistas a atender os princípios norteadores da Administração pública, preservar recursos e proteger os bens patrimoniais (objeto direto).
- (B) Essa afirmativa reforça o zelo do gestor em consolidar suas atribuições e seus procedimentos, revisando-os periodicamente, conforme evolução dos regramentos e entendimentos jurisprudenciais, notadamente determinados por decisões superiores do Judiciário e do Egrégio Tribunal de Contas do respectivo estado da Federação (sujeito).
- (C) A Controladoria Interna justifica a sua relevância, importância e pertinência, por ter o intuito de evitar riscos que possam afetar o andamento das ações, dificultando o alcance dos objetivos do CPS (adjunto adnominal).
- (D) Observa-se que, à medida que o controle é intensificado, há uma ação mais preventiva, dificultando o cometimento de falhas durante o processamento das compras, dos pagamentos e das finanças da instituição, podendo assim confirmar que o controle interno é uma importante ferramenta, que interage com o controle externo, auxiliando na missão de preservar o bom uso do dinheiro público (adjunto adnominal).

MATEMÁTICA**Q. 11**

Uma agência de viagens fez um levantamento entre seus clientes sobre quais lugares os mesmos já tinham viajado e chegou às seguintes informações: Para isso questionou 140 viajantes sobre três roteiros:

- 60 já foram até Belo Horizonte
- 64 já foram até Foz do Iguaçu
- 41 já foram até Florianópolis
- 19 estiveram em Belo Horizonte e Foz do Iguaçu
- 16 estiveram em Belo Horizonte e Florianópolis
- 12 estiveram em Foz do Iguaçu e Florianópolis
- 15 não estiveram em nenhum dos três destinos apontados na enquete.

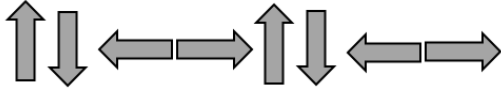
Nessas condições, qual o percentual de entrevistados que afirma conhecer os três locais?

- (A) 5%
- (B) 7%
- (C) 10%
- (D) 14%



Q. 12

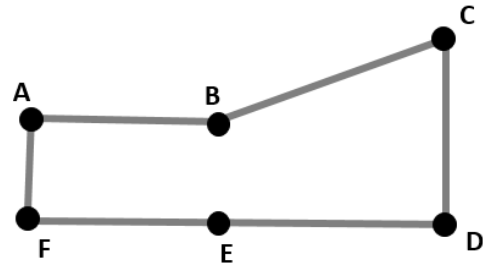
Dada a sequência abaixo se pode afirmar que a seta da posição 10573 apontará:



- (A) Para baixo
- (B) Para cima
- (C) Para a esquerda
- (D) Para a direita

Q. 13

Seguem algumas informações sobre a figura abaixo:



- $AB = 4$ unidades de comprimento
- AB e FD são segmentos paralelos
- $AF = 2$ unidades de comprimento
- AF , BE e CD são segmentos paralelos
- $CD = 4$ unidades de comprimento
- $FD = 9$ unidades de comprimento
- O ponto E pertence ao segmento FD

Nessas condições, o percentual da figura que pode ser representada por $BCDE$ será inferior a?

- (A) 55%
- (B) 60%
- (C) 65%
- (D) 70%



Q. 14

Antônio decidiu expandir sua horta retangular aumentando o comprimento em x metros e a largura em 3 metros. Se originalmente a horta tinha 20 metros de comprimento e 15 metros de largura e após a expansão sua área passou a ser de 450 m^2 , qual foi a metragem ampliada no comprimento?

- (A) 3 metros
- (B) 5 metros
- (C) 18 metros
- (D) 23 metros

Q. 15

Três irmãos, João, Pedro e Cecília, gostam de basquete, vôlei e futebol, não necessariamente nessa ordem e cada um deles prefere apenas um desses esportes. Além disso um deles gosta de viajar para parques de diversões, outro para cidades históricas e outro para cachoeiras. Sabe-se que Pedro gosta de parques de diversão, João gosta de futebol e Cecília não gosta das cidades históricas e nem de jogar vôlei. Assinale a alternativa correta:

- (A) João prefere as cachoeiras
- (B) Cecília gosta de futebol
- (C) João prefere as cidades históricas
- (D) Pedro prefere basquete



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Q. 16

O regime de adiantamento (ou suprimento de fundos) se consubstancia num regime distinto de execução da despesa orçamentária, definido pela Lei nº 4.320/1964 nos seguintes termos: “consiste na entrega de numerário a servidor, para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação”. Desta feita, analise as afirmativas a seguir, assinalando (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas.

- () No momento da concessão, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois não ocorre redução no patrimônio líquido do ente concedente.
- () A liquidação da despesa orçamentária ocorrerá apenas quando da prestação de contas pelo agente suprido. Caso houver saldo a devolver para a Administração, será contabilizado como receita de capital.
- () Um mesmo agente suprido pode receber até dois adiantamentos simultâneos.

Assinale a alternativa que evidencia a correta sequência.

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – V.

Q. 17

Acerca dos regimes contábeis aplicáveis ao reconhecimento dos fatos orçamentários e patrimoniais no atual modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Do ponto de vista orçamentário, a contabilidade segue um regime de base modificada, conforme a Lei nº 4.320/1964. Nesse regime, as receitas são reconhecidas no momento da previsão e as despesas no momento da fixação.
- (B) Tanto no viés orçamentário quanto no patrimonial, o reconhecimento das receitas e despesas obedece a um único regime contábil.
- (C) No regime patrimonial, as receitas e despesas são intituladas ‘variações patrimoniais’. As aumentativas são reconhecidas contabilmente no momento do lançamento, enquanto as diminutivas o são no momento do empenho.
- (D) No setor público, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária pela arrecadação, de acordo com a Lei nº 4.320/64.

Q. 18

O Município de Atalaia celebrou contrato administrativo com a HigieServ Ltda., para prestação de serviços de conservação de prédios públicos. Do referido contrato havia uma cláusula exigindo que o contratado efetuasse o depósito de R\$ 10.000,00 a título de garantia de execução contratual, que foi depositado em uma conta do Município logo após a assinatura do instrumento. Com base nessas informações, assinale a afirmativa CORRETA sobre o registro do fato.

- (A) nas contas de natureza orçamentária deverá ser registrada a arrecadação de uma receita corrente, da origem “Contribuições”, contudo não haverá nenhum registro em contas patrimoniais.
- (B) haverá registros concomitantes em contas patrimoniais de ativo e passivo, bem como registro de arrecadação de uma receita orçamentária da origem “Outras Receitas Correntes”.
- (C) não deverá haver registros contábeis em contas de variação patrimonial aumentativa nem de execução orçamentária, pois se trata de uma entrada compensatória no ativo e passivo financeiros.
- (D) não haverá qualquer registro de execução de receita orçamentária, contudo deverá haver escrituração de uma variação patrimonial aumentativa no grupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”.

Q. 19

No Município de Montes Altos, o projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2024 foi enviado para apreciação do Poder Legislativo sem a inclusão das receitas de serviço advindas da autarquia de água e esgoto municipal. Isso resultou em um total de despesas fixadas para o exercício financeiro em montante superior ao total de receitas estimadas. No caso em tela, houve violação, respectivamente, aos princípios orçamentários:

- (A) da Unidade e da Igualdade.
- (B) da Universalidade e do Equilíbrio.
- (C) da Universalidade e da Equivalência.
- (D) da Totalidade e do Equilíbrio.

Q. 20

À luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, avalie as proposições a seguir no que tange ao Sistema Tributário Nacional.

- I. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes. No entanto, tal vedação compreende somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais destas entidades.
- II. Para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública ficam os



Estados e o Distrito Federal autorizados a instituir Empréstimos Compulsórios, por meio de Lei Complementar. A aplicação dos recursos arrecadados desta forma será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

- III. Compete à União instituir impostos sobre propriedade territorial rural e sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.**

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
 (B) I, II e III.
 (C) II e III, apenas.
 (D) I e III, apenas.

Q. 21

O Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966) dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Com base em sua disciplina, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O depósito integral do montante do crédito tributário discutido administrativamente é uma modalidade de suspensão de sua exigibilidade.
 (B) Em casos definidos na legislação de cada ente, o tributo pode ser cobrado mediante atividade administrativa discricionária.
 (C) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária poderá utilizar a analogia, o que poderá resultar, inclusive, na exigência de tributo não previsto em lei.
 (D) Entram em vigor no mesmo dia em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que definem novas hipóteses de incidência.

Q. 22

Considere o caso hipotético de um Município que encerrou o exercício financeiro com Receita Corrente Líquida arrecada no valor de R\$ 1.450.000,00, e Despesa Total com Pessoal (DTP) de R\$ R\$ 1.015.000,00, sendo R\$ 100.000,00 para o Legislativo e R\$ 915.000,00 para o Executivo. Com base nos dados informados, é correto afirmar que:

- (A) O ente está na situação de DTP acima do teto definido pela Lei Complementar nº 101/2000, devido a ambos Poderes terem ultrapassado seu limite individual.
 (B) O ente está abaixo do teto máximo de DTP permitido pela Lei Complementar nº 101/2000, mas está acima do limite prudencial, devido ao Poder Legislativo ter estourado seu limite individual.
 (C) O ente está abaixo do teto máximo de DTP permitido pela Lei Complementar nº 101/2000, mas está acima do limite prudencial, devido ao Poder Executivo ter estourado seu limite individual.

- (D) O ente está na situação de DTP acima do limite de alerta, mas abaixo do limite prudencial, uma vez que ambos Poderes estão dentro do limite individual estipulado pela Lei Complementar nº 101/2000.

Q. 23

Sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), avalie as proposições a seguir, assinalando (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas.

- () O Relatório de Gestão Fiscal é um instrumento de transparência criado pela LRF. Deve ser publicado trimestralmente, e um de seus demonstrativos tem por objetivo demonstrar e avaliar o cumprimento dos limites mínimos de aplicação em ações e serviços de saúde.
 () A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o Anexo de Metas Fiscais, onde serão previstas metas anuais para os resultados primário e nominal. Deve prever ainda medidas de limitação de empenho, caso verificado no decorrer do exercício que tais metas possam não se concretizar devido a frustração de receita.
 () Dentre outras, integram a Receita Corrente Líquida: a receita patrimonial, a receita de serviços, a receita agroindustrial e as receitas advindas da alienação de bens públicos.

A sequência está correta em:

- (A) V – V – F.
 (B) F – V – V.
 (C) F – V – F.
 (D) V – F – F.

Q. 24

Com base nos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) No último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, é vedada a assinatura de contratos administrativos, como forma de evitar o crescimento da despesa pública.
 (B) A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.
 (C) É vedado consignar na lei orçamentária crédito com dotação ilimitada, salvo no caso de calamidade pública de abrangência nacional, e apenas para o fim de combater seus efeitos, enquanto perdurarem.
 (D) Para os fins da LRF, considera-se empresa estatal dependente a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, incluídos os provenientes de aumento de participação acionária.



Q. 25

À luz dos preceitos da Lei nº 4.320/1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvados os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa.
- (B) Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- (C) Classificam-se como Investimentos as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização ou a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas.
- (D) Na Lei de Orçamento a discriminação da despesa far-se-á no mínimo por elementos. Entende-se por elementos o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins.

Q. 26

Sobre as formas de controle da Administração Pública na esfera municipal, analise as proposições a seguir com base no atual ordenamento constitucional.

- () As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- () O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão unânime dos membros do Poder Legislativo.
- () A fiscalização do Município será exercida diretamente pelo Tribunal de Contas do Estado, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) nenhuma das afirmativas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.

Q. 27

Servidor público, suspeito de condutas inadequadas durante a execução dos serviços, foi submetido a uma sindicância interna que, por força de lei municipal,

deveria ser composta por três servidores de setores diferentes e com cargos hierarquicamente superior.

A sindicância, por unanimidade, apurou a veracidade dos fatos (que o servidor realmente agiu indevidamente) e aplicou a punição administrativa compatível.

Diante deste cenário hipotético, analise as frases abaixo e assinale aquela que responde adequadamente a questão sobre a estrutura do ato administrativo.

- (A) o ato administrativo que declarou a punição do servidor é do tipo simples, ou seja, trata-se de um único ato administrativo, ainda que tomado por decisão colegiada.
- (B) o ato administrativo que declarou a punição do servidor é do tipo complexo, ou seja, trata-se de 3 atos administrativos diferentes, cada qual de órgãos diferentes.
- (C) trata-se de um ato composto pelo simples fato de ter sido colegiado.
- (D) seja o ato administrativo simples, composto ou complexo, só terá validade após sua confirmação pelo poder judiciário.

Q. 28

O Município de Porto Ferreira abriu processo licitatório para construção de um viaduto. Pretendem disputar a licitação a empresa de engenharia Alfa, que nos 3 últimos anos, sofreu algumas condenações trabalhistas por manter empregados sem registro e pelo não pagamento das horas extras, sendo paga todas as condenações que lhe foram impostas; a empresa de engenharia Beta, que foi condenada, 6 meses antes da publicação do edital de licitação, por explorar trabalho infantil, sendo que a mesma recorreu e o processo se encontra no Tribunal Regional do Trabalho em sede recursal; e a empresa de engenharia Gamma, condenada, com trânsito em julgado, há exatos 4 anos, por manter empregados em condições análogas a de escravo.

Nesse caso, tendo em vista o histórico das empresas concorrentes, e com base na Lei nº 14.133/21 (lei de licitações) é certo afirmar que poderá disputar a licitação:

- (A) todas elas.
- (B) apenas a empresa Alfa.
- (C) apenas as empresas Alfa e Beta.
- (D) nenhuma delas.

Q. 29

A empresa de engenharia Sigma ganhou a licitação para realizar o recapeamento asfáltico de exatos 80km de ruas e avenidas na cidade de Porto Ferreira dentro do prazo de 1 mês.

Ao fim do prazo estipulado, a empresa dispensou 5 funcionários, pagando as verbas rescisórias corretamente para 4 deles apenas.

João, que era tratorista, foi o empregado dispensado que não recebeu as verbas rescisórias.

Nesse caso, segundo prevê a Lei nº 14.133/21 (lei de licitações) é certo afirmar que:

- (A) a Prefeitura de Porto Ferreira deverá pagar as verbas rescisórias de João e depois,



regressivamente buscar ressarcimento junto a empresa Sigma.

- (B) a empresa Sigma e o Município de Porto Ferreira serão solidariamente responsáveis pelo pagamento das verbas rescisórias.
- (C) a responsabilidade pelo pagamento é exclusiva da empresa Sigma.
- (D) a empresa Sigma é a devedora originária. Se esta não tiver bens para saldar a dívida com João, será declarada a responsabilidade subsidiária do Município.

Q. 30

A Prefeitura pretende montar uma pequena unidade de saúde para atender a alta demanda de pacientes acometidos especificamente por influenza, covid ou dengue. A pretensão é a instalação transitória desta unidade em um imóvel térreo, com garagem para estacionamento de ambulâncias, com metragem de no mínimo 500m² e no máximo 1.000m² e que esteja localizado bem no centro da cidade, a no máximo 300m de distância do maior hospital municipal ali existente. Para atender essa demanda, a Prefeitura pretende alugar um imóvel com essas características e nessa região a fim de dar tal destinação.

A prefeitura também decidiu que em uma determinada calçada na região central, será concedida permissão do uso do espaço público para instalação de Food Trucks (trailer de venda de alimentos). O objetivo é incentivar a circulação de pessoas naquele espaço através da exploração da gastronômica.

Com base no relato acima e fundamentado na Lei nº 14.133/21 (Lei de licitações) é correto afirmar que:

- (A) tanto a locação como a permissão do uso do espaço público prescindem de licitação.
- (B) tanto a locação como a permissão do uso do espaço público exigem a licitação.
- (C) a locação dispensa a licitação; a concessão de permissão do uso do espaço público exige licitação.
- (D) a locação não dispensa a licitação; a concessão de permissão do uso do espaço público dispensa a licitação.

Q. 31

A Prefeitura local firmou contrato administrativo com a empreiteira Omega para construção de uma ponte. A empreiteira não tem no seu quadro de funcionários nenhum empregado portador de deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz. Nesse caso, segundo prevê a Lei nº 14.133/21 (Lei de licitações e contratos administrativos) é correto afirmar que:

- (A) a empresa do setor privado, mesmo tendo cotas de reserva a cumprir, fica isenta dessa obrigação quando firma contrato para prestação de obras com o serviço público, pois não há no mercado de trabalho pessoas deficientes ou reabilitados com qualificação para realização destas atividades.
- (B) ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz,

bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

- (C) a empresa que não observar a reserva de cargos ficará isenta do pagamento de multa se for vencedora da licitação pelo critério do menor preço.
- (D) apenas no momento da contratação é que a empresa contratada precisa comprovar o preenchimento da reserva de cargos.

Q. 32

O Município X, acometido pelas cheias decorrente das fortes chuvas, entendeu por bem suspender as aulas e determinar que, pelos próximos 30 dias, as 5 maiores escolas da cidade sirvam de abrigo para aqueles que perderam suas casas. Dois dias após a edição deste ato administrativo, a administração editou um outro ato administrativo, dispondo que aquelas 5 escolas não mais servirão de abrigo e sim os dois ginásios poliesportivos, pois a logística e a acomodação dos desabrigados seria muito melhor efetivada nestes lugares, devendo assim as pessoas serem imediatamente redirecionadas para o novo local.

No caso em tela, segundo estabelece a teoria relativa aos atos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) o segundo ato administrativo revogou o primeiro e representa um exercício de autotutela interna.
- (B) o segundo ato administrativo anulou o primeiro e representa um exercício de autotutela interna.
- (C) o segundo ato administrativo, por ter anulado o primeiro, deveria ter sido praticado pelo judiciário e não pela própria administração.
- (D) o segundo ato administrativo, por ter revogado o primeiro, já que baseado em critério de conveniência e oportunidade, poderia ter sido praticado tanto pela administração, no exercício da autotutela interna, como pelo poder judiciário.

Q. 33

O Município X, acometido pelas cheias decorrente das fortes chuvas, entendeu por bem interditar 3 dos seus principais pontos turísticos, a saber: a) a Lagoa da Fada, local onde as pessoas nadam e passeiam de pedalinho; b) a Corredeira do Moedor, onde as pessoas descem de caiaque ou botes e; c) a Prainha do Girino, uma enseada onde as pessoas nadam e pescam. A justificativa não se limita só a uma questão de segurança, pois esses três locais estão com as águas agitadas e acima do nível normal, mas também por questão de prioridade, já que todo o arsenal de servidores estão alocados em atender as demandas emergenciais decorrentes da catástrofe que as cheias provocaram, não sendo possível destiná-los naquele momento a atuarem nos referidos pontos turísticos.

Alguns moradores e visitantes desafortunados, sob o argumento de exercício de livre direito de ir e vir, adentraram na prainha do Girino e por isso foram advertidas e retiradas do local bem como notificadas que, se reiterarem a desobediência, serão multados e até indiciados por crime de desobediência.



Com base na narrativa acima e fundamentada nas teorias dos poderes da administração, assinale a alternativa correta:

- (A) o poder público age no seu regular exercício do poder de polícia, em respeito a preservação do interesse coletivo sobre o privado, especificamente, nesse caso, atuando através de um ato geral (impessoal), de forma preventiva, fiscalizadora e repressiva aqueles que não cumprirem a ordem.
- (B) o poder público municipal não tem poderes para determinar essa ordem, pois prevalece o direito individual do usuário sobre o interesse coletivo.
- (C) a decisão do poder público é válida mas só após convalidação pelo Poder Judiciário.
- (D) o poder público, ao proibir o acesso temporário a esses locais, age no exercício do seu poder disciplinar.

Q. 34

Segundo estabelece a Lei Municipal Complementar nº 37 de 2000 da cidade de Porto Ferreira, para a investidura no cargo público, é preciso:

- I. ser brasileiro, necessariamente nato.
- II. idade mínima de 16 anos.
- III. estar em gozo dos direitos políticos, quando brasileiro.
- IV. estar quite ou não com as obrigações militares, quando brasileiro.

Das assertivas, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III.

Q. 35

Com relação a estabilidade do servidor municipal da cidade de Porto Ferreira, segundo prevê a Lei Complementar nº 37 de 2000, é correto afirmar que:

- I. será adquirida após 3 anos da publicação em sua aprovação no concurso público.
- II. será adquirida após 2 anos do empossamento em cargo efetivo.
- III. a sentença judicial, transitada em julgado ou não, é um dos motivos que autoriza a perda do cargo do servidor, ainda que estável.
- IV. processo administrativo disciplinar, no qual garanta ao servidor estável o direito de ampla defesa, é um dos motivos que autoriza a perda do cargo, ainda que estável.

Das assertivas, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I e III.

- (B) I e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) IV.

Q. 36

Analise as frases abaixo e responda corretamente, com base na Lei Orgânica do Município de Porto Ferreira:

- (A) O Prefeito e o Vice-Prefeito, registradas as respectivas candidaturas conjuntamente, serão eleitos simultaneamente por eleição direta, em sufrágio universal e secreto, nos termos da Legislação Eleitoral, dentre os brasileiros necessariamente natos e maiores de 21 (vinte e um) anos e no exercício de seus direitos políticos.
- (B) Será de 4 (quatro) anos o mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, a iniciar-se no dia 1º de Janeiro do ano da eleição.
- (C) Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, assumirá o Presidente da Câmara.
- (D) O Prefeito poderá gozar férias anuais de 30 (trinta) dias sem prejuízo de sua remuneração, ficando a critério da Câmara Municipal estabelecer a data respectiva de início e fim do período a ser gozado.

Q. 37

Segundo estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Ferreira, este órgão tem as seguintes atribuições:

- I. confeccionar leis.
- II. fiscalizar o poder executivo.
- III. auditar as atividades do poder judiciário.
- IV. será composta por vereadores eleitos ou aprovados em concurso público.

Das assertivas, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I.
- (D) I e II.

Q. 38

Analise as assertivas abaixo e responda de acordo com o conteúdo no Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Ferreira:

- I. para poder acompanhar as sessões, o cidadão deve ser maior de idade. Deve se apresentar decentemente trajado e comprovar sua condição de eleitor apresentando o título de eleitor.
- II. durante a sessão, o cidadão que acompanha o evento não pode interpellar o vereador.
- III. moradores de outras cidades não podem acompanhar as sessões.



Das assertivas, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.

Q. 39

Visando garantir a moralidade administrativa, a Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) prevê obrigações aos agentes públicos bem como diversas punições a quem ofender regras de postura lá previstas.

Com base na lei, analise o caso hipotético abaixo e responda.

Se João, servidor público, está desviando combustível das viaturas e ambulâncias do Município, tudo isso com auxílio de Amauri, porteiro do pátio de veículos, mas que não é servidor municipal e sim empregado de uma empresa terceirizada contratada pela Prefeitura para fazer serviços de controle de acesso de pessoas naquele departamento, é certo que:

- (A) só João cometeu ato de improbidade.
- (B) João e Amauri cometeram ato de improbidade.
- (C) nenhum dos dois cometeu ato de improbidade.
- (D) só João cometeu ato de improbidade mas, caso devolva o combustível ou indenize os cofres públicos em no máximo 30 dias após o oferecimento da denúncia, não sofrerá punição alguma.

Q. 40

João tem 17 anos e fará 18 anos daqui 10 dias. Ele está no 3º ano colegial – ensino médio e se apaixonou por Jéssica, 15 anos, que está no 1º ano colegial – ensino médio e estuda na mesma escola. João, querendo saber os dados de Jéssica (quem são seus pais, onde ela reside etc) vai até a secretaria da escola pedir acesso a ficha matricular da aluna. Nesse caso, com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/18), a servidora da secretaria deve adotar qual conduta?

- (A) fornecer os dados a João, pois toda informação em posse do poder público é de acesso livre ao público.
- (B) não fornecer os dados a João.
- (C) só será possível fornecer os dados a pessoa maior de idade. Nesse caso, se deve orientar João a vir acompanhado de seus responsáveis legais ou voltar na secretaria daqui 10 dias, onde ele poderá ter acesso aos dados de Jéssica e-ou de qualquer outro aluno.
- (D) por ser Jéssica menor de idade, seus dados não podem ser compartilhados. Se Jéssica tivesse 18 anos, então a secretaria deveria expor os dados a João.

RASCUNHO DE GABARITO

1	21
2	22
3	23
4	24
5	25
6	26
7	27
8	28
9	29
10	30
11	31
12	32
13	33
14	34
15	35
16	36
17	37
18	38
19	39
20	40

